

ESPLANADA GERAL

Ano XXVIII N° 472 | Outubro de 2016 | @sindsepdf (twitter) e facebook.com.br/sindsepdf | 3212-1900



Redução de
investimentos
públicos

Suspensão
de concurso
público

Congelamento salarial por 20 anos

GREVE GERAL dia 11 de novembro

FORA TEMER! NENHUM DIREITO A MENOS! RUMO À GREVE GERAL!

A saída é a **Greve Geral**

O governo golpista não perdeu tempo para tomar medidas drásticas rumo ao Estado mínimo, propondo projetos legislativos que retiram direitos da classe trabalhadora e atacam a nação. Para fazer frente às pretensões do governo ilegítimo, os sindicatos cutistas têm sido chamados para a construção da greve geral dos trabalhadores. Para tal, o Sindsep-DF tem realizado diversas atividades nos locais de trabalho para organizar a reação dos servidores. Neste sentido, convoca toda a sua base para aderir à greve geral da classe trabalhadora, dia 11 de novembro (veja a programação no site).

Um dos principais instrumentos do governo para atacar aos trabalhadores e o povo brasileiro é a PEC 241/16 – que reduz investimentos públicos nas áreas de saúde, educação e outras ações sociais, e prevê o congela-

mento do salário do funcionalismo público e a suspensão de concursos públicos por 20 anos (pág. 3). O texto já foi aprovado no plenário da Câmara dos Deputados em primeiro turno. Após votação em segundo turno, segue para o Senado em votação também em dois turnos.

Além disso, Temer já anunciou o envio da Reforma da Previdência, que pretende reajustar de 11% para 20% a contribuição previdenciária dos servidores e igualar para 65 anos a idade mínima de homens e mulheres para a aposentadoria; e a Reforma Trabalhista que acaba com as garantias constitucionais dos direitos mínimos dos trabalhadores (o negociado prevalece sobre o legislado).

Outro passo importante para a implementação do Estado mínimo é a recente desobrigação da Petrobras de atuar na exploração

das reservas do pré-sal (PL 4567/16) e a aprovação na Câmara da MP 735/16 que facilita privatizações e altera regras do setor elétrico, abrindo portas para que o governo possa viabilizar a venda de distribuidoras de energia da estatal federal Eletrobras. Outro projeto que atinge diretamente aos servidores públicos é o PLC 54/16 (oriundo do PLP 257/16), já aprovada na Câmara e em tramitação atualmente no Senado Federal (pág. 4).

Todas essas medidas apontam para uma única direção: retirada de direitos; arrocho salarial; privatização das empresas e dos serviços públicos; entrega das riquezas do País à exploração das multinacionais; redução drástica dos investimentos em serviços públicos essenciais, como educação, saúde e outras ações sociais.

11 de novembro – Greve Geral

O desmonte da Petrobras e a entrega do pré-sal

Além de entregar o pré-sal ao capital estrangeiro, a aprovação do Projeto de Lei 4567/16 que desobriga a Petrobras de atuar na exploração das reservas do pré-sal, pode, segundo especialistas abrir caminho para a futura privatização da Petrobras e a consequente perda de arrecadação da União.

A participação da Petrobras em todos os consórcios de exploração de blocos licitados na área do pré-sal com um mínimo de 30% e na qualidade de operadora está prevista na Lei 12.351/10 que institui o regime de partilha. Como operadora, a Petrobras seria a responsável pela condução da execução direta ou indireta de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações. O PL é de autoria do senador José Serra (PSDB/SP) – oriundo do PLS 131/2015 - e ganhou força para tramitação no governo golpista. O texto aguarda votação dos destaques na Câmara para ser encaminhada à sanção presidencial.

MP do Ensino Médio

Em outro ataque à educação no país, Temer assinou a Medida Provisória (MP) 746/16, a chamada “Reforma do Ensino Médio”, que fragmenta o ensino médio e desobriga o ensino de disciplinas como Sociologia, Filosofia, Artes e Educação Física. Na avaliação de educadores, a mudança no currículo deve reduzir o espaço para reflexões em sala de aula. A reforma também inclui a possibilidade de escolha de diferentes trilhas de formação tradicional e técnica, colocando disciplinas como história, por exemplo, como opcionais para o currículo do estudante, e ainda autoriza a contratação de professores sem licenciatura. A MP está em vigor desde o dia 22/09. O Congresso tem prazo de 120 dias para votar o texto. Estudantes secundaristas em todo o País lutam contra essas mudanças.



O maior ataque aos serviços públicos, aos servidores e à nação

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/16 é a maior prova de que o golpe não era contra o PT ou a presi-

dente Dilma, mas contra os trabalhadores e a nação. A proposta quer congelar por 20 anos os gastos do governo, corrigidos apenas pela inflação do ano anterior. Segundo o DIEESE, se este ajuste tivesse sido colocado em prática nos últimos 14

anos, o Brasil teria deixado de investir R\$ 377 bilhões em educação e outros R\$ 300 bi, em saúde. Se a PEC existisse em 2016, o salário mínimo hoje de R\$ 880 seria de R\$ 550. A PEC também atinge o funcionalismo público e quem depende de reajuste do salário mínimo, como aposentados e pensionistas, que também terão seus salários congelados. O recurso subtraído dos trabalhadores e do povo será utilizado para o pagamento da dívida pública (superávit primário).

Os efeitos da PEC na prática

Saúde

O orçamento de R\$ 102 bilhões deste ano seria de R\$ 65 bilhões

Educação

O orçamento de R\$ 103 bilhões deste ano cairia para R\$ 31 bilhões

Segurança

Com a redução de verbas, haverá aumento da criminalidade e da impunidade

Programas sociais

Serão cortados ou extintos, pois deixam de ser prioridade

Aposentadoria

Com recursos congelados, a saída será cortar os benefícios

Crescimento

Sem investimentos, a tendência é mais recessão e desemprego

O resultado da PEC em 20 anos

Desigualdade

O País terá muito mais pobres e miseráveis

Saúde privatizada

Com menos hospitais e postos de saúde, os planos privados vão predominar

Educação elitizada

Sem educação pública de qualidade, só quem pode pagar colégios privados terá diploma

Caos social

Com o desemprego em massa, haverá muitos indigentes nas ruas e os conflitos sociais serão intensificados

Impostos pesados

Os pobres e a classe média pagarão cada vez mais impostos

Fim da soberania nacional

As riquezas nacionais serão entregues aos estrangeiros a preço de banana e o Brasil estará cada vez mais endividado e dependente

Outros ataques à nossa base

Reforma previdenciária

Pretende fixar a idade mínima de aposentadoria de homens e mulheres para 65 anos e aumentar a contribuição previdenciária dos servidores de 11% para 20%.

Reforma trabalhista

Acaba com as garantias constitucionais dos trabalhadores, ao retirar direitos e flexibilizar conquistas (o negociado prevalecerá sobre o legislado).

Administrativos da AGU e Técnicos do Bacen

Em agosto, ao sancionar as leis que reajustaram os salários dos servidores, Temer vetou a criação do Plano Especial de Cargos de Apoio da AGU – PEC-AGU (Lei 13.328/16) e a transposição do cargo de Técnico do Bacen do nível médio para o superior (Lei 13.327/16), reivindicações que foram acordadas com a presidente Dilma Rousseff.

ATPS, DNIT e peritos do INCRA

Os servidores Analistas Técnicos de Políticas Sociais (ATPS), do DNIT e os peritos agrários do INCRA, estão com os salários congelados, pois o reajuste negociado com a presidente Dilma encontra-se ainda na Câmara.

Enfraquecimento dos planos de autogestão

O objetivo é beneficiar os planos privados forçando reajustes abusivos nos planos de autogestão. Por isso, ao retomar o controle da GEAP, Temer suspendeu o acordo que reduziu o reajuste das mensalidades de 37,55% para 20% para todos os associados (o Sindsep-DF conquistou na Justiça uma liminar que garante o reajuste de 20% para os seus filiados). Agora, outros planos de autogestão, como a Assefaz e a Capesaúde, ameaçam reajustes abusivos.

Congelamento salarial e suspensão de novos concursos

O PLC 54/16 (oriundo do PLP 257/16) aprovado na Câmara e em votação no Senado tem como proposta limitar as despesas primárias da União aos gastos do ano anterior corrigidos pela inflação oficial (IPCA) – o que inviabilizará a concessão de reajuste salarial e a realização de novos concursos públicos.

Readmitidos do Gov. Collor

Publicada no DOU de 1º/09, a Portaria nº 5 – apelidada de “Portaria do CHIBAta” – estabelece que os anistiados (Lei 8.878/94) reintegrados no regime estatutário sejam transpostos para o regime celetista. A medida atinge também aposentados e pensionistas. O que significa na prática drástica redução salarial; revisão da contagem do tempo de serviço para fins de aposentadoria; revisão e/ou cancelamento de aposentadorias e pensões; e, num segundo momento, abre a espaço para que os readmitidos sejam novamente demitidos pelo governo golpista.